COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.686, DE 2007

Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões.

Autor: Deputado Fernando Coruja

Relatora: Deputada Gorete Pereira

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Fernando Coruja apresentou o Projeto em epígrafe com o objetivo de disciplinar a regulamentação de profissões no Brasil.

De acordo com a proposta, a regulamentação de novas profissões somente poderá ocorrer se a atividade for embasada por conhecimentos teóricos e técnicos reconhecidos; não constituir reserva de mercado de trabalho, prever mecanismos de fiscalização, estabelecer deveres e responsabilidades pelo exercício profissional e se for considerada como de interesse social; no tocante à saúde, ao bem-estar, à liberdade, à educação, ao patrimônio e à segurança da coletividade ou dos cidadãos individualmente.

Justifica sua iniciativa citando a profusão de projetos de lei dispendo sobre a regulamentação de profissão em franco contraste com o art. 5º, XIII, e art. 170 da Constituição Federal, que garantem a liberdade de iniciativa e a liberdade de exercício das profissões.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Estamos de pleno acordo com o nobre Deputado autor da matéria. Infelizmente, no Congresso Nacional reina indesejável falta de critérios acerca da regulamentação das profissões no Brasil, apesar da clareza da Constituição Federal que lista entre os direitos e garantias fundamentais de todo cidadão brasileiro (art. 5º, XIII) que: *“é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.*

O princípio é claro: qualquer trabalhador pode trabalhar na profissão que ele escolher. Só haverá restrições ao exercício de qualquer trabalho se - e somente se - a lei expressamente disser. Dito de outra maneira: se não houver lei proibindo, restringindo o exercício da profissão, qualquer um faz o que bem entender para ganhar a vida, basta que encontre alguém disposto a pagá-lo pelo serviço que presta.

Está claro que a lei pode restringir o exercício da profissão em alguns casos. Mas esta restrição não pode contrariar o princípio da ampla liberdade de trabalhar, direito fundamental de todo brasileiro. Assim, só em casos especiais, muito especiais, a lei pode impedir um brasileiro de livremente trabalhar. Isto ocorre somente quando o exercício da profissão pode acarretar grave dano à saúde ou à segurança da população. Em geral, essas restrições aplicam-se a profissões que dependem de um alto nível de conhecimento técnico ou científico e que prestam serviços diretamente ao público, o que torna impossível a quem contrata avaliar a segurança e a adequação do serviço. Daí, regulamenta-se para exigir do profissional determinada formação e criam-se conselhos formados por profissionais que detêm o mesmo conhecimento e a capacidade de avaliar se a população está correndo riscos ou não.

Assim, havendo lei, é preciso que o trabalhador cumpra os requisitos dela e, não havendo, as pessoas são livres. Até mesmo os cursos de formação não são requisitos para trabalhar. As pessoas estudam e se capacitam porque assim conseguem atender às exigências e às necessidades das empresas, o que facilita a obtenção de empregos e de melhores salários, mas exigência legal não é.

Nesse contexto, a regulamentação da profissão de jornalista dá-nos um perfeito e atual exemplo do erro em que incorrem os projetos de lei que regulamentam profissões, desprezando o valor

constitucional da liberdade no exercício de atividades laborais. No caso da profissão de jornalista, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu medida cautelar que garante exercício de atividade jornalística aos que atuam na profissão independentemente de registro no Ministério do Trabalho e Emprego ou de diploma de curso superior na área. A decisão temporária foi tomada na ação cautelar proposta pela Procuradoria Geral da República e, posteriormente, confirmada pela 2ª Turma do STF, nos seguintes termos

EFEITO SUSPENSIVO EM RE E DIPLOMA DE JORNALISTA
PROCESSO AC – 1406

ARTIGO

A Turma, resolvendo questão de ordem, referendou decisão do Min. Gilmar Mendes, relator, que deferira medida cautelar em ação cautelar proposta pelo Procurador-Geral da República para obtenção de efeito suspensivo a recurso extraordinário, já admitido na origem, em que se alega ofensa aos artigos 5º, IX e XIII, e 220, ambos da CF, e não-recepção, por esta, do DL 972/69, que estabelece requisitos para o exercício da profissão de jornalista. Trata-se, na espécie, de recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal contra acórdão do TRF da 3ª Região que reformara decisão que, em ação civil pública, concedera parcialmente antecipação de tutela para determinar que a União não mais exija diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. Entendeu-se que o recurso discute matéria de relevância constitucional — afetada ao Plenário (RMS 24213/DF) —, em especial a interpretação dos referidos dispositivos constitucionais. Ademais, aduziu-se que o tema concernente ao âmbito de proteção e limitações legais do direito fundamental à liberdade de profissão, bem como a recepção ou não do mencionado decreto-lei foram debatidos nas instâncias inferiores. No tocante à urgência da pretensão cautelar, consideraram-se suficientes as ponderações do requerente no sentido da elevada quantidade de pessoas, que desempenhavam a profissão independentemente de diploma, estarem impossibilitadas de exercer suas atividades. AC 1406 QO-MC/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 21.11.2006.

Fonte : informativo 449 do STF

Ainda assim, insistiu o Congresso em aprovar o Projeto de Lei n.º 79, de 2004 (n.º 708/03 na Câmara dos Deputados), que “altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista”. O projeto foi integralmente vetado pelo Poder Executivo, amparado em parecer do Ministério da Justiça que apontou como uma das principais razões para o veto a exigência indiscriminada de diploma em curso superior de jornalismo para o exercício de qualquer atividade ligada à comunicação.

É com tristeza, porém, que, analisando tecnicamente os projetos ligados à regulamentação das profissões, verificamos, que, apesar da clareza da Constituição, das manifestações do Poder Judiciário, do vetos do Poder Executivo e da Súmula da Jurisprudência da própria Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a questão tem sido posta de ponta à cabeça.

Existe uma pressão muito grande para que os brasileiros só possam trabalhar se a lei permitir. Até profissões antigas e tradicionais no mercado, que vêm sendo exercidas há séculos no Brasil, são objeto de projetos de lei para regulamentá-las. A título de exemplo, já foram apresentados ao Congresso projetos que regulamentam as profissões de vaqueiro, chaveiro, investigador particular, decorador, repentista, caminhoneiro, despachante, garçom, barbeiro, cabeleireiro, auxiliar de cabeleireiro, manicure, cozinheiro, secretário, cobrador, técnico industrial, massagista, carteiro, engraxate, maquilador, cambista, radialista, propagandista, guia de turismo, radiotécnico, técnico em água de piscina, taxista, alfaiate, guardas de guarita, artesão, arqueólogo, capelão, quiropraxista, turismólogo, cozinheiro, ajudante de cozinha, maitre, copeiro, barbeiro, desenhista, treinador de goleiros, agente comunitário de saúde, líder comunitário, podólogo, capoeirista, porteiro de edifícios, garagista, lavador de carros, bartender,...a lista não tem fim.

A triste realidade é que, se fossem todos aprovados, não restaria uma única atividade humana no Brasil sem uma lei regulamentadora. A bem da verdade, seja dito que a culpa, nesse caso, é da sociedade, que enreda os congressistas numa teia de pressões que os levam a apresentar projetos dessa natureza. Essas pressões têm origem, de um lado, no interesse mesquinho das organizações de trabalhadores de fazer uma reserva de mercado para os que estão dentro da profissão, dificultando a entrada do resto da população. Os trabalhadores em geral, os principais prejudicados, colaboram adotando a crença de que devem tudo ao estado e à lei, inclusive

o direito de trabalhar, achando que a regulamentação lhes trará respeito, remuneração e as condições de trabalho que almejam. Se isso pelo menos fosse verdade, ainda se poderia entender a situação, mas todos sabemos que a lei não tem esse poder. Os congressistas, por seu turno, apresentam projetos que sabem estar em desacordo com o princípio constitucional e com as necessidades do mercado de trabalho, reforçando e espalhando a credence popular de que para trabalhar ou ter a profissão respeitada e bem remunerada é preciso de uma permissão legal.

Dessa forma, vemos como extremamente salutar a aprovação do projeto em análise. Ele reitera os termos da Súmula da Jurisprudência da CTASP sobre a regulamentação das profissões, com firme esteio na Constituição Federal, e compartilha o entendimento do Executivo e do Judiciário sobre o tema.

Veja-se que a aprovação da matéria exercerá grande efeito saneador no processo legislativo, escoimando-o de uma pleora de projetos manifestamente inconstitucionais e sem efetividade, além de notável efeito pedagógico, reafirmando o compromisso do Congresso Nacional com a preservação dos valores e liberdades constitucionais.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.686, de 2007.

Sala da Comissão, em de junho de 2008.

Deputada Gorete Pereira
Relatora